

## **Dilemas do gestor público: o caso da greve dos professores estaduais do Rio de Janeiro<sup>1</sup>**

*Elaborado por Charlye Correa dos Reis  
(2015)*

*Contém nota pedagógica*

### **Greve dos professores estaduais do Rio de Janeiro**

No dia seguinte de mais uma noite de protestos violentos contra o governo estadual, o governador do Estado do Rio de Janeiro decidiu encerrar as negociações com o sindicato dos profissionais de educação, convocando professores sindicalizados ou não para uma audiência pública, com transmissão via internet e aberta a perguntas, com intuito de tentar pôr fim à greve. A medida, apesar de aparentemente positiva, dividia opiniões, já que a popularidade do governador estava em baixa. O mês era setembro de 2013, a greve dos professores estaduais já durava quase dois meses; o impasse permanecia e as manifestações de apoio aos profissionais de educação dominavam parte do noticiário internacional, já que o Brasil estava prestes a sediar eventos de grande porte, portanto, na vitrine do mundo. A situação beirava o caos.

Sindicato e governo não entravam em acordo, acusando-se mutuamente sobre as responsabilidades dos prejuízos da greve. Grupos radicais aderiram ao movimento e promoveram diversas manifestações violentas. A Polícia Militar entrou em confronto com manifestantes e a mídia relatou exageros no uso de gás lacrimogêneo, spray de pimenta, munições de borracha e uso desproporcional da força. Diversos manifestantes foram presos, vários estabelecimentos comerciais e públicos foram depredados.

O sindicato dos professores era um dos mais politizados e aguerridos do país, possuindo grande poder de barganha na medida em que tratava de uma questão sensível: educação de crianças e adolescentes. Reclamava que o governo estadual se portava de maneira autoritária e violenta, não dialogava com as lideranças do movimento e impunha condições para o encerramento da greve, além de ameaçar grevistas com a possibilidade de demissão e de retaliações.

---

<sup>1</sup> O documento foi originalmente elaborado para a disciplina Estudo de Caso Aprofundado, Mestrado Profissional em Administração Pública - EBAPE/FGV, ministrada pela professora e Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental Elisabete Ferrarezi.

Entre outras reivindicações, o sindicato pleiteava aumento de salários, o fim das avaliações de desempenho apenas para professores, a participação dos docentes nas eleições para diretores de escolas e mudanças na distribuição de disciplinas.

O governo alegava que a cada reivindicação atendida o sindicato apresentava novas demandas na tentativa de inviabilizar acordos, além de considerar que o movimento grevista representava menos de cinco por cento da categoria e que o comando da greve possuía integrantes de partidos de oposição, trazendo cunho político ao movimento e a tentativa de criação de clima de instabilidade, considerando que as eleições para governador se aproximavam. Fato era que, historicamente, as negociações entre sindicato e governos quase nunca foram harmônicas.

Neste impasse, um percentual de alunos da rede estadual de educação do Rio de Janeiro permaneceu setenta e oito dias sem aulas. Desde agosto de 2013, professores e representantes do Governo do Estado se encontraram diversas vezes sem, no entanto, conseguir chegar a um acordo definitivo sobre as demandas da categoria.

No início de setembro de 2013, um grupo de cerca de 200 professores chegou a ocupar um prédio do governo - onde funcionam setores da Secretaria Estadual de Educação - sendo retirados à força pela Polícia Militar. Os manifestantes pretendiam ser recebidos pelo vice-governador, então pré-candidato ao Governo do Estado, e acusaram a Polícia de agir com violência. Houve ainda uma série de manifestações da categoria, com tentativas de invasão à sede do Governo do Estado, acampamento em frente à Assembleia Legislativa e residência particular do governador.

Um ato em apoio aos professores das redes municipal (também em greve desde agosto de 2013) e estadual reuniu, segundo a Polícia Militar, cerca de 10 mil pessoas no centro do Rio de Janeiro. O grupo protestava contra a violência policial e a favor dos profissionais de educação. A manifestação, que começou pacífica, terminou com ônibus incendiados, prédios depredados e confrontos com a Polícia Militar. Várias pessoas foram detidas.

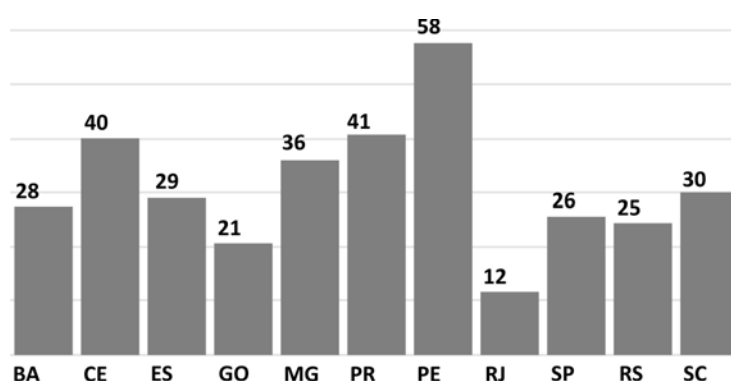
No fim de setembro de 2013, após decisão favorável do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ), o Governo do Estado cortou o ponto dos grevistas, acirrando ainda mais os ânimos. O TJ-RJ decidiu ainda que a greve dos professores estaduais era ilegal e determinou ao sindicato da categoria o pagamento de R\$ 300 mil por dia, caso os servidores não voltassem ao trabalho. Como se diz na gíria carioca, “a chapa” estava quente!

## Impasse e desgaste

Nas chamadas televisivas para audiência pública convocada pelo governo ou nas reportagens sobre o caso, a simples exibição do rosto do governador fazia com que Luciane, professora de Língua Portuguesa de colégio estadual, dele falasse mal com veemência, demonstrando extrema insatisfação e repúdio. O governo já havia enfrentado alguns outros movimentos grevistas e a imagem do governador estava desgastada.

## Avaliação dos Governos dos Estados

Ótimo/bom, em %



Fonte: CNI/Ibope. Pesquisa realizada entre 9 e 12 de julho. Em SP, RJ e MG foram ouvidos 812 eleitores/Estado, margem de erro de 3 pontos nos demais, 602 eleitores ouvidos/Estado, margem de erro de 4 pontos.

## Professores divididos na audiência pública

Prementes eram as questões da área de educação do Estado do Rio de Janeiro, que no início do segundo mandato do governador ocupava a vergonhosa penúltima colocação no ranking nacional do Ideb - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, indicador criado para medir a qualidade do aprendizado no Brasil e estabelecer metas para a melhoria do ensino. Salas de aulas cheias, infraestrutura deficitária, salários baixos, modelo de ensino defasado, professores desmotivados... Os professores tinham motivos para reivindicar melhorias. Luciane fazia parte de um grupo de quatro professores estaduais não sindicalizados que, por motivos diferentes, decidiu participar da audiência pública com o governador, juntando-se a uma imensa massa de outros interessados no caso.

Numa quarta-feira à noite, num ginásio esportivo lotado, professores, imprensa, integrantes do governo e simpatizantes à causa dos profissionais de educação estavam reunidos para participar da audiência pública, num clima tenso e de expectativa. João Gabriel, professor de Física, tratou de pedir ao grupo do qual fazia parte que se evitassem discussões durante a fala do governador, com intuito de ouvir perguntas

e argumentos. Tarefa difícil, pois Michele tinha sua opinião sobre o gestor público formada e na ponta da língua: “Safado!”. Professora de História, Michele indignava-se com o jeito cínico do governador e com a atuação dele em outras situações, demonstrando que sequer gostaria de ouvi-lo. Perla, professora de Biologia, interessou-se em conhecer os argumentos do governador, pois, a princípio, baseada nas informações divulgadas na mídia, não concordava nem com a forma como o sindicato conduzia o movimento grevista, nem com a intransigência do governo. Buscava tirar suas próprias conclusões.

Na audiência, foram anunciadas as presenças do governador e do secretário estadual de educação, sucedidas de sonoras e longas vaias. Luciane esbravejou: “Não aturo estes caras. Eles me dão nojo!”. João opinou ser necessário ouvir argumentos do governador: “Vamos ver o que ele tem a dizer, gente.” Michele rebateu: “Eles são todos iguais - um bando de ladrões e parasitas que só sabem ferrar com o povo”. Perla ponderou: “Não é bem assim, Michele. Tem gente boa e gente ruim em todas as profissões. Às vezes, o gestor até tem boa vontade, mas tem limites e não consegue resolver tudo”. Luciane questionou: “Boa vontade? O governador é um corrupto safado e o secretário é da mesma corja.”

Começa a audiência e surge a primeira pergunta via internet: “Governador, o senhor não gosta de professores? Por que não concede nosso aumento de salários? Por que nos paga tão mal?”. O governador explica que foram concedidos reajustes acima da inflação, além de benefícios diretos e indiretos, e que o impacto financeiro nas contas públicas de qualquer aumento para categorias como segurança pública, saúde e educação é significativo, devendo ser bastante avaliado. Ademais, o governador salientou que sua gestão buscava corrigir históricas injustiças salariais cometidas contra a categoria por sucessivos governos passados, mas que tais ajustes seriam realizados dentro das possibilidades e da realidade financeira do governo. O governador argumentou ainda que com os aumentos concedidos, o piso do professor do estado do Rio de Janeiro passaria a ser um dos maiores do país.

Um jornalista interveio: “Se o aumento foi tão bom quanto o senhor afirma, por que a categoria permanece em greve e as manifestações de apoio aos professores atraem cada vez mais simpatizantes?”. O governador respondeu que a questão invadiu a esfera política e que o sindicato dos professores estava dominado por um partido de oposição que não buscava acordo para a categoria e sim desestabilizar o governo, com vistas às eleições previstas para o ano seguinte.

Ante as primeiras explicações do governador, a professora de Biologia, Perla, comenta: “De fato não deve ser fácil para um governante conceder aumentos para todas as categorias. Imagine como ficariam as contas

públicas?”. Luciane rebateu: “Difícil nada. Como há dinheiro para construção de estádios de futebol e não há para pagar salários dignos para os servidores? O salário do governador é baixo?”. Michele opinou: “Esses caras só pensam em quanto eles vão ganhar. Não estão preocupados com o povo, com os professores ou com os alunos. O negócio deles é desviar dinheiro público”. João Gabriel disse: “O problema está nas escolhas do gestor, naquilo que é definido como prioridade. Os recursos não são ilimitados e eu também discordo das escolhas desse governo.”.

Esse grupo de professores parecia dividido em relação às palavras do governador. Luciane e Michele claramente discordavam da conduta do governador, atribuindo-lhe responsabilidade pessoal pelo momento instável do estado e pelo fracasso nas negociações com os professores. Perla e João Gabriel não se posicionavam a favor do governador, porém não o atacavam e buscavam entender as dificuldades do gestor público na tomada de decisão.

Uma nova pergunta foi dirigida ao governador: “Considerando que a greve dos professores está prejudicando o ano letivo de milhares de alunos e que o governo está perdendo o controle sobre as manifestações, o senhor pode melhorar um pouco a proposta do governo e fechar um acordo com os professores?”. O governador respondeu: “Na verdade o governo fez algumas concessões aos professores por conta das negociações. Chegamos a um ponto em que aumentar qualquer centavo comprometerá outras áreas do governo. Se aumentarmos a proposta que fizemos aos professores teremos de remanejar verbas destinadas à saúde, segurança, cultura, transportes, obras. Se pudéssemos, pagaríamos o melhor salário do país aos nossos professores, mas é preciso que a sociedade entenda que tudo tem limites. Um pai, em casa, pode querer dobrar a mesada dos filhos e não conseguir por restrições financeiras. No caso do gestor público, temos a Lei de Responsabilidade Fiscal”.

Michele enfurecida esbravejou: “Cínico, mentiroso! O governador não valoriza os professores!”. João Gabriel ponderou que não se tratava de valorizar ou não a categoria, mas sim das prioridades que o governo define, das necessidades da sociedade e de suas restrições orçamentárias. E completou: “Michele, se o governador der um grande aumento aos professores, os policiais, os médicos, os bombeiros o reivindicarão também, assim como todos os servidores do Estado do Rio de Janeiro. Além disso, escolas, hospitais, ambulâncias, tudo mais tem de funcionar. Não sei se o estado tem verba para aumentar os salários de todos os servidores ativos e inativos, de construir e manter hospitais, escolas, delegacias, presídios etc.”.

Luciane tinha outra opinião: “A prioridade desses caras não é construir um estado forte, cujos serviços funcionem. Eles só visam interesses pessoais, negócios por debaixo dos panos, trambiques, desvios. Entra governante, sai governante, ninguém resolve esses problemas - o atendimento na saúde é precário, as escolas mal cuidadas, salários defasados, hospitais lotados, ruas esburacadas.” Perla usou os argumentos da professora de Língua Portuguesa para ponderar: “Luciane, será que todo gestor público é mau caráter, nenhum deles presta? Entra um, sai outro e vemos os mesmos problemas. Fico pensando, será que um de nós faria diferente? Será que basta chegar lá e fazer diferente, fazer melhor? Não estou defendendo o governador, mas sabendo que há restrições orçamentárias e que não se pode gastar mais do que se arrecada, não deve ser fácil dar aumentos para uma categoria como a dos professores. Por outro lado, não podemos contentar-nos com salários tão baixos.”

A audiência com o governador tinha mais uma pergunta: “Governador, o sindicato dos professores acusa-o de autoritário, que seu governo não dialoga, não negocia. O que o senhor tem a dizer?”. O governador defendeu-se: “Tivemos dezesseis encontros com o sindicato e assinamos três acordos que foram posteriormente ignorados pelo comando de greve. Quanto mais avançávamos nas negociações, mais aumentavam as demandas. O governo viu-se numa situação que beirava a chantagem e que não se chegaria a um acordo. Entendeu-se que não seria possível atender mais a qualquer outra reivindicação da categoria que não àquelas já discutidas sem comprometer outros segmentos do estado, e por isso as negociações com o sindicato foram encerradas, apelando-se para o bom senso dos professores e para o esclarecimento das questões via audiência pública”.

Terminada a audiência, as professoras Luciane e Michele mantiveram suas opiniões em relação ao gestor público. “Mau caráter, bandido, corrupto. O serviço público é podre e a corrupção impera”, argumentou Luciane. Michele disse que atender as necessidades da sociedade não era uma prioridade do gestor público e que o governador representava aquilo que, segundo seu entendimento, há de pior na burocracia: o favorecimento pessoal.

“Não é nada fácil tomar decisões com dinheiro público”, disse o professor João Gabriel, logo depois complementando: “Se o gestor atende a todas as demandas de sindicatos, associações ou grupos de interesse, faltarão recursos ou o governo estoura seu orçamento, comprometendo-se com a Lei. Se escolhe atender apenas algumas demandas, desagrada os não atendidos e pode gerar desigualdades. Qual a solução?”. A professora de Biologia encerrou a discussão: “Se o gestor tiver o mínimo de responsabilidade com o dinheiro público, com

a sociedade e com as leis, tem de ponderar bastante suas decisões, sejam elas positivas ou negativas. Ainda assim o que vemos são muitos gestores públicos despreparados e mal intencionados.” A audiência pública em si não produziu efeitos práticos e serviu apenas para que o governo apresentasse sua versão sobre o impasse.

### **Depois da audiência...**

A situação de caos tomou enormes proporções: o caso teve análise e intervenção do Supremo Tribunal Federal, que provocado, promoveu um acordo definitivo, culminando no encerramento da greve.

Através da mídia, a assessoria do Supremo Tribunal Federal (STF) informou que, após quase cinco horas de reuniões com representantes do Estado do Rio de Janeiro, da prefeitura e do sindicato dos professores, houve acordo para o fim da greve tanto na rede estadual quanto na rede municipal de ensino. Momentos antes do fim da reunião, o Secretário da Casa Civil do Governo do Estado do Rio de Janeiro já havia anunciado aos jornalistas um acordo com o sindicato dos professores. Ficou acertado que a greve terminaria no dia 24 de outubro de 2013 e que os professores deveriam voltar ao trabalho no dia seguinte. Os professores realizaram assembleia e decidiram aceitar o acordo.

Segundo o ministro do STF, ficou decidido também que não haveria corte do ponto nos salários em relação aos dias parados. Além disso, os governos estaduais e municipais teriam de devolver os valores já descontados e os professores deveriam repor os dias parados. “A conciliação foi positiva. Os professores se comprometeram a realizar a assembleia para encerrar a greve e, em contrapartida, não haverá corte de ponto nos salários tanto na rede estadual quanto na municipal. O processo no STF está extinto.” Segundo ele, se a greve continuasse, mesmo com o acordo firmado, os envolvidos “não poderiam mais contar com a colaboração do STF”.

### **Anexo 1**

#### ***Nota do Supremo Tribunal Federal sobre o caso***

*O Min. Luiz Fux realizou na data de hoje audiência de conciliação no bojo da Reclamação 16.535, ajuizada pelo Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Estado do Rio de Janeiro (Sepe/RJ) em face de decisão proferida pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro que autorizou o corte dos pontos dos profissionais que aderiram à greve da categoria.*

*Considerando que, sob uma ótica moderna do processo judicial, a fase conciliatória é uma etapa de notória importância, e diante da possibilidade de se inaugurar um processo de mediação neste feito capaz de ensejar um desfecho conciliatório célere e deveras proveitoso para o interesse público e, também, nacional, oportuna a pacificação social e a segurança jurídica. Com relação ao Estado do Rio de Janeiro, houve conciliação no seguinte sentido:*

*1) As partes acordam com criação de um Grupo de Trabalho (GT) a fim de debater os seguintes tópicos: i) 1/3 de carga horária de Planejamento; ii) Viabilidade do projeto 1 Escola, 1 Matrícula; iii) debate da matriz curricular. A mesa de negociação do referido GT terá início em fevereiro de 2014.*

*2) A Secretaria Estadual de Educação (Seeduc) se compromete a realizar, no prazo de seis meses, a contar da presente data, um censo para identificar o nível de escolaridade e formação dos servidores do quadro administrativo da Seeduc.*

*3) A Seeduc se compromete a abonar as faltas com motivo greve, com o código 61, referentes a greves anteriores, tais como a realizada em 2011, desde que o servidor tenha repostado as aulas.*

*4) A Seeduc se compromete a abonar as faltas com motivo greve, com o código 61, referentes à greve atual (ano 2013), desde que o servidor tenha repostado as aulas de forma integral.*

*5) A Seeduc se compromete a realizar o congresso estadual de educação previsto no Plano Estadual de Educação do Estado do Rio de Janeiro até junho de 2014, a fim de viabilizar a revisão do referido plano.*

*6) A Seeduc se compromete a publicar o ato de criação (Decreto ou Lei) do Conselho Escolar (CEC) no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da presente data, se comprometendo a implementar tais conselhos no prazo de um ano a contar da data de publicação do aludido ato criador.*

*7) A Seeduc se compromete a desistir das multas aplicadas ao Sepe em decorrência da atual greve e a arquivar, sem qualquer punição, todos os processos administrativos/inquéritos/sindicâncias instaurados contra servidores relacionados a esta greve.*

*8) Os efeitos do item 7 acima ficam condicionados à integral reposição de carga horária e de conteúdo previstos na Lei de Diretrizes e Bases (LDB), observando-se o cronograma de reposição fixado pela Diretoria Regional da Seeduc e após a oitiva de cada escola para a melhor adequação à realidade local.*

*9) O Sepe se compromete a encerrar a greve dos profissionais de educação do Estado do Rio de Janeiro por deliberação assemblear no dia 24/10/2013, quinta-feira, com o retorno às atividades escolares de forma*



*integral ao início do dia 25/10/2013, condição imprescindível para que as obrigações da Seeduc aqui firmadas produzam efeitos.*

*Brasília, 22 de outubro de 2013.*

*Ministro Luiz Fux*